Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 04/2024

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu, no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata n.º 03/2024, referente à reunião plenária de 21 de junho;
2. Metodologia de discussão dos pontos de agenda nas reuniões do Conselho Geral;
3. Apreciação do Relatório de Atividades de 2023 e do Plano de Atividades de 2024 do Conselho de Ética;
4. Apreciação do Relatório de Atividades do Provedor do Estudante;
5. Apreciação do Relatório de Atividades do Provedor Institucional;
6. Apresentação dos Projetos PRR em desenvolvimento na Universidade;
7. Plano de Atividades do Conselho Geral para 2024 e 2025;
8. Elaboração do Orçamento da Universidade para 2025;
9. Revisão dos Estatutos da UMinho;
10. Informações.

Estiveram presentes os/as Conselheiros/as António Carlos Fernandes Rodrigues, que presidiu a reunião, António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Helena Mendes Pereira, Isabel Maria Costa Soares (manhã), Joana Rodrigues Arantes Silva, Luís António Martins Santos, Luís Miguel de Lima Guedes, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Margarida Isaías Ferreira dos Santos, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Doutor Rui Vieira de Castro. Em pontos específicos da agenda, identificados no decorrer da ata, registou-se a presença do Vice-Reitor, Professor Doutor Eugénio Campos Ferreira e dos Pró-Reitores, Professores Doutores Manuel João Costa e Miguel Bandeira, assim como da Presidente do Conselho de Ética da Universidade do Minho, Professora Doutora Cecília Leão, da Provedora do Estudante, Professora Doutora Rosa Vasconcelos e do Professor Institucional, Professor Doutor João Álvaro Carvalho. Participou, por videoconferência, a Conselheira Maria Elisabete da Silva Duarte Matos (manhã). Justificaram a ausência os/as Conselheiros/as Ana João Gomes Rodrigues, Joana Carolina Santos Fraga,

Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal e Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto prévio à ordem do dia, o Vice-Presidente propôs que fosse cumprido um minuto de silêncio como gesto de sentida homenagem à Presidente do Conselho Geral, Dra. Joana Marques Vidal, relevando a forma como representou o órgão e dignificou o nome e a instituição Universidade do Minho. Cumprido o minuto de silêncio, a pedido da Conselheira Ana João Rodrigues, procedeu à leitura de uma mensagem por si remetida, com o seguinte teor:

> "Gostaria de enaltecer o trabalho e a dedicação da Dra. Joana Marques Vidal como Presidente do Conselho Geral da UMinho, cargo que desempenhou com rigor, imparcialidade e excelência. Além UMinho, a Dra. Joana Marques Vidal foi uma figura de referência a nível nacional, tendo demonstrado um carácter e rectidão assinaláveis, tendo contribuindo activamente para o combate à corrupção e sendo uma acérrima defensora dos mais vulneráveis. Foi um prazer trabalhar a seu lado e aprender com a sua personalidade equilibrada, sensível e geradora de consenso."

O Vice-Presidente reforçou as palavras da Conselheira Ana João Rodrigues, pois espelham o sentimento e o impacto que a Presidente, Dra. Joana Marques Vidal, teve em cada membro, no Conselho e na universidade, enfatizando a união e o ambiente colaborativo com que funcionou o órgão, independentemente da representatividade de cada corpo e dos interesses perfilhados. Enfatizou que o seu legado deverá ser defendido até ao final do mandato.

Face ao trágico acontecimento, prosseguiu informando que, perante a vacatura do lugar de Presidente do órgão e de acordo com o previsto nos Estatutos da Universidade do Minho e no Regimento do Conselho Geral, será necessário cooptar um novo membro externo e, de entre estes, eleger o novo Presidente. Elucidou que, tal como sustentando no parecer jurídico previamente solicitado ao Gabinete de Assessoria Jurídica e distribuído pelos membros do Conselho, compete ao Vice-Presidente despoletar o processo de cooptação de um novo membro externo, sendo as propostas das personalidades externas apresentadas pelos membros internos eleitos, apelando, desde logo, ao consenso do nome indicado. Com o órgão composto, conforme estatutariamente previsto, poder-se-á dar continuidade ao relevante processo de revisão e aprovação dos Estatutos da UMinho, bem como a tantas outras tarefas de gestão, liderança e representatividade do mesmo, concluiu.

Apesar de não estar relacionado com o ponto em debate, importa registar que a Conselheira Margarida Isaías interveio para solicitar a autorização para que dois técnicos da Fundação Calouste Gulbenkian realizassem algumas gravações, na sessão da tarde, no âmbito de um projeto sobre a sua participação na vida política, académica e local. Salvaguardando que os técnicos não perturbariam o normal funcionamento da sessão, o Vice-Presidente colocou à consideração do plenário esta possibilidade. Sem reações opostas, foi dada a devida autorização para a presença dos técnicos da Fundação Calouste Gulbenkian e a recolha de imagens, durante 30 minutos, no decorrer da tarde.

A palavra foi conferida, de seguida, ao Conselheiro Victor Soares que manifestou alguma perplexidade por terem sido acrescentados novos pontos à convocatória com menos de 48 horas de antecedência, opinando

que os pontos referentes à metodologia a adotar nas reuniões, à revisão dos Estatutos da UMinho e ao Plano de Atividades do Conselho fossem debatidos com o órgão no seu pleno, ou seja, após cooptado o membro externo e eleito o novo Presidente. O Vice-Presidente explanou, de imediato, que o envio da convocatória cumpriu o prazo previsto no Regimento do Conselho, não se verificando a inclusão de novos pontos com menos de 48 horas de antecedência. Também a Conselheira Isabel Soares prontamente interveio para relembrar que o ponto referente à Revisão dos Estatutos preconiza um objetivo fundamental relacionado com o pedido de parecer jurídico à Escola de Direito da UMinho sobre a legalidade da metodologia adotada na votação dos Estatutos, considerado urgente na última sessão plenária. Ademais, na sua opinião, afirmou ser absolutamente legítima a inclusão de um ponto na agenda que suscite o debate sobre as regras de funcionamento internas, naturalmente sustentadas no regimento e nos regulamentos de natureza mais institucional.

Apercebendo-se de um equívoco da sua parte, o Conselheiro Victor Soares pediu desculpa pois não se tinha apercebido, por circunstâncias associadas ao elevado número de tarefas profissionais, que a convocatória seguiu no prazo legal previsto, com a referência aos vários pontos sujeitos à análise e debate na presente sessão plenária.

Ainda assim, o Vice-Presidente relembrou que uma das suas competências, legalmente previstas na condição em que se encontra, prende-se com a definição da agenda e, portanto, elucidou que o ponto referente à *metodologia de discussão dos pontos de agenda nas reuniões do Conselho Geral* objetiva debater ideias práticas que fomentem a agilidade do debate e, portanto, independentemente do órgão não estar completo, terá de continuar a funcionar. Opinou que o único ponto que carece da ocupação plena das posições vagas do Conselho é a aprovação dos Estatutos da UMinho. Relembrou, contudo, que está pendente um pedido de parecer externo e, portanto, na presente sessão, particularmente no ponto referente à *revisão dos Estatutos da UMinho*, prevê auscultar os membros do Conselho e recolher contributos quanto às questões a considerar no pedido de parecer para que o Conselho obtenha um esclarecimento jurídico completo e elucidativo.

Sem mais dúvidas ou questões a registar, o Vice-Presidente avançou os trabalhos de acordo com a agenda prevista.

1. Aprovação da ata n.º 03/2024, referente à reunião plenária de 21 de junho;

A título excecional, o Reitor solicitou a palavra, chamando a atenção para a necessidade de ser retificada uma afirmação constante na página 13 da ata, relacionada com o pagamento de salários em atraso por parte dos Serviços de Ação Social. Ora, esclareceu que os Serviços da Ação Social nunca tiveram salários em atraso, sendo que a situação se reporta a uma empresa externa prestadora de serviços, tendo sido recentemente condenada, em tribunal, a pagar todos os salários devidos aos seus trabalhadores envolvidos neste processo.

Assumido o compromisso de retificar esta afirmação, para evitar qualquer ambiguidade de interpretação, foi colocada à votação a ata n.º 03/2024, referente à reunião plenária de 21 de junho de 2024, a qual foi aprovada por unanimidade.

2. Metodologia de discussão dos pontos de agenda nas reuniões do Conselho Geral

O Vice-Presidente começou por justificar a inclusão deste ponto que assume como principal objetivo o debate de estratégias e ideias para melhorar a gestão da agenda da reunião e auscultar os membros sobre as mesmas. Deste modo, apresentou duas sugestões relacionadas com:

- ✓ gestão do tempo de apresentação e debate das matérias em análise: propôs que fossem definidos previamente tempos aproximados para a apresentação e consequente debate de cada ponto, procurando, desta forma, gerir expectativas e garantir uma melhor gestão e distribuição do tempo total de duração da reunião pelos vários pontos que a compõem, respeitando a sensibilidade e a densidade de certas matérias mais específicas. Reforçou que esta proposta não prevê o cumprimento rigoroso dos tempos pré-definidos, mas acima de tudo dar a conhecer uma previsão de duração e do momento em que cada matéria será discutida.
- ✓ recolha prévia de dúvidas e propostas sobre as matérias em agenda: considerando a densidade e complexidade de alguns dos documentos que são analisados e apreciados pelo Plenário, sugeriu que, até dois dias antes de cada reunião, fossem partilhadas, por escrito, dúvidas, questões e propostas relativamente aos documentos distribuídos. Assegurou que não é, de todo, pretendida a substituição ou supressão das apresentações verbais e intervenções no decorrer das reuniões, mas antes incitar a recolha de propostas que possam enriquecer os documentos, assim como permitir que os responsáveis possam recolher dados e informações para um melhor esclarecimento do órgão por ocasião da realização do plenário.

Concluindo, o Vice-Presidente sublinhou, uma vez mais, que são propostas flexíveis, mostrando-se convicto que estas práticas são promotoras de melhorias no funcionamento do Órgão, pois permitem manter a atenção e a capacidade de participação em reuniões que por vezes se revelam extensas, assim como potenciar a qualidade dos contributos ao mais alto nível.

Aberto o espaço para debate, registou-se a concordância do Conselheiro Nuno Cerca relativamente às propostas apresentadas, acrescentando que estas práticas são inclusivamente aplicadas no Centro de Investigação que dirige.

O Conselheiro Tiago Miranda, mesmo concordando que urge refletir sobre a necessidade de tornar as reuniões do órgão mais eficientes, alertou que qualquer alteração metodológica estruturante deve estar refletida no regimento do Conselho, evitando que se pratiquem atos em conflito legal. Partilhou a sua anuência quanto à alocação de tempos estimados para cada assunto, a título indicativo, chamando a atenção para possíveis

riscos que possam surgir, desde logo, garantir que todos os Conselheiros são ouvidos sempre que tenham a intenção de partilhar a sua visão sobre determinado tópico. Aliás, recordou que, aquando do debate sobre a composição do Conselho, no processo de revisão estatutária, foi levantada a questão da eficiência do órgão, tendo sido adiantadas pistas para assegurar o seu bom funcionamento, traduzidas na regulamentação de tempos de intervenção e duração máxima de debate para cada assunto. Opinou que estas propostas carecem de uma reflexão mais profunda, eventualmente, numa primeira instância, em sede da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros. Quanto à proposta dos Conselheiros se pronunciarem previamente, se assim entenderem, sobre os documentos que serão analisados em plenário, alertou para um problema operacional, que se traduz no pouco tempo de que dispõem para análise e interpretação dos mesmos. Compreendendo que a complexidade e a densidade da informação constante em determinados documentos fazem com que sejam partilhados tardiamente, talvez seja importante discutir e rever os prazos regulamentados para entrega dos documentos, ponderou.

O Vice-Presidente, na sequência da anterior intervenção, mostrou-se ciente da necessidade de serem ajustadas práticas a montante e acentuou que o objetivo do presente ponto é obter consensos e otimizar o funcionamento do órgão, em particular, das reuniões. Mostrou-se concordante com a importância de ser vertido para o Regimento as alterações de funcionamento do Conselho mais estruturais, todavia assumiu que é possível consensualizar determinadas práticas no dia a dia.

A Conselheira Isabel Soares partilhou a sua posição favorável quanto às propostas em debate, que refletem, inclusivamente, algumas das preocupações com as quais o órgão se tem debatido nos últimos tempos, incitando a intervenções menos longas e repetitivas sem colocar em causa o respeito pelas mesmas. Sublinhou que o envio, por escrito, de questões e/ou inquietações sobre os documentos que serão analisados em sede de plenário, não sendo mandatório, potenciará a reflexão, a estruturação e a argumentação de ideias e, consequentemente, uma gestão mais adequada e eficiente do órgão.

O Conselheiro Victor Soares transmitiu a sua discordância quanto ao momento para se implementar alterações na forma como têm decorrido as reuniões deste Conselho, fundamentando que, na sua perspetiva pessoal, têm sido produtivas e funcionado bem. Mesmo ponderando a possibilidade de serem detalhadas regras metodológicas mais específicas no regimento, opinou que, este não é o momento ideal para se implementar novas práticas, atendendo ao tempo restante de exercício de mandato deste Conselho. Frisou que, sendo praticamente o único órgão da universidade em que a democracia pode ser exercida a este nível, com representantes eleitos pelos seus pares, as intervenções não podem ser espartilhadas pelo tempo que lhes fora previamente atribuído. Percebe as razões que sustentam as propostas apresentadas, mas sublinhou que o momento não é o mais adequado e qualquer tomada de decisão carece de uma reflexão calma e ponderada, numa primeira fase, pela Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros.

Sustentado nas circunstâncias atuais, o Vice-Presidente recordou que lhe compete gerir e coordenar as reuniões e, por conseguinte, apelou aos membros que percebessem que estas propostas traduzem, também, um *modus operandi* com subtilezas, muito associado ao seu estilo de coordenar e gerir uma reunião, que se pretende o mais eficiente possível. Garantiu que não se trata de impor espartilhos, inibir a participação ou cortar a palavra aos membros, mas gerir expectativas e o tempo dedicado à apresentação e debate dos assuntos, de forma consciente, para evitar, por exemplo, que os últimos tópicos sejam discutidos apressadamente por pressão do reduzido tempo disponível.

O Reitor solicitou a palavra e fez alusão a uma afirmação do Conselheiro Victor Soares, quando referiu que *o Conselho Geral é quase o único órgão em que a democracia é exercida*, considerando-a muito grave, pois pressupõe que os princípios fundamentais não estão a ser respeitados, citando-os: "*A Universidade respeita os princípios da igualdade, da participação democrática, do pluralismo de opiniões e de orientações...*". Neste seguimento, solicitou que o Conselheiro Victor Soares identificasse os contextos e/ou os órgãos onde os princípios fundamentais estabelecidos nos Estatutos da Universidade não estão a ser, efetivamente, praticados e devidamente salvaguardados, agradecendo o envio desta informação da forma que entendesse mais adequada.

Avançando que a interpretação realizada pelo Reitor, quanto a esta afirmação, não foi a mais apropriada, o Conselheiro Victor Soares esclareceu que pretendia passar a mensagem que o Conselho Geral é o órgão que melhor espelha a natureza democrática da universidade, sob o ponto de vista da representatividade. Não teve, portanto, a intenção de realizar qualquer juízo crítico relativamente a outros órgãos, sublinhou.

Para finalizar, o Reitor apelou que o Conselheiro Victor Soares reconsiderasse o que foi por si dito quanto à representatividade nos órgãos de governo, seja ao nível da universidade, seja ao nível das unidades orgânicas, à luz do constante nos Estatutos da Universidade do Minho.

O debate avançou com a intervenção do Conselheiro António Onofre que afirmou sentir-se perfeitamente confortável com as sugestões apresentadas, justificando que, no fundo, o que está em causa é uma maior capacidade de síntese, que se revela fundamental no debate de pontos que exigem mais tempo. Além disso, recuperou o exemplo das sessões de trabalho onde foram debatidas as propostas de alteração dos Estatutos da UMinho, assumindo-se como espaços externos às sessões plenárias onde é possível refletir e aprofundar temáticas complexas.

Compreendendo a relevância da gestão do tempo, a Conselheira Patrícia Maciel transmitiu alguma preocupação quanto a possíveis riscos. Ademais, salientou que as reuniões do Conselho Geral, no presente mandato, têm-se pautado por uma boa gestão do tempo, com bastante equilíbrio e capacidade de encontrar consensos. Como tal, reconhecendo estes atributos, parece-lhe contraditório propor, em simultâneo, alterações às práticas até então aplicadas. Assim, sendo um órgão político onde é fulcral que as várias opiniões sejam ouvidas, frisou que a oportunidade dos membros do Conselho manifestarem as suas diferentes perspetivas não poderá ser ferida. Na sua visão, poderá ser inibidor determinar um tempo para debate de ideias,

recomendando, por exemplo, a realização de plenários extraordinários como uma estratégia para evitar reuniões demasiadamente longas. Sob o seu ponto de vista, não considera inapropriada a repetição de opiniões, pois são um reforço da concordância, assumindo-se como a base para posterior tomada de decisão. Caracterizou como distinta a gestão executiva do trabalho de uma equipa e a gestão de um órgão político, onde é importante ouvir as opiniões dos representantes que o compõem. Quanto à proposta de partilhar questões e/ou sugestões com 48 horas de antecedência, assumiu abertura para que possa ser praticado, porém alertou que importará redefinir, também, a antecedência para envio dos documentos, assim como a possibilidade de serem colocadas questões que podem surgir no momento do debate.

Concluindo, o Vice-Presidente apelou que a discussão ocorrida no presente ponto seja entendida como um exercício de sensibilização e de alinhamento de expetativas, porque, mediante as opções que se tomem, haverá *trade-offs* que têm de ser ultrapassados de forma a que a presença dos membros nas reuniões seja a mais elevada possível. Exemplificou que a marcação de reuniões com a duração de dois dias poderá ser uma opção, mas enfrentar-se-á a dificuldade de garantir a disponibilidade dos membros para garantir a sua presença nas mesmas e, consequentemente, a falta de *quórum* que impedirá o bom funcionamento dos trabalhos. Reforçou que este Conselho foi excecionalmente bem gerido pela Dra. Joana Marques Vidal, partilhando que, ainda assim, a própria tinha a preocupação de perceber de que forma poderia melhorar a gestão do mesmo. Concluiu que o *mindset* será valorizar o que foi feito e pensar em formas de melhorar.

3. Apreciação do Relatório de Atividades de 2023 e do Plano de Atividades de 2024 do Conselho de Ética

Dado como concluído o debate do ponto número dois, os trabalhos prosseguiram com a apresentação do Relatório de Atividades de 2023 e do Plano de Atividades de 2024 do Conselho de Ética, realizada pela sua Presidente, Professora Doutora Cecília Leão.

A Presidente do Conselho de Ética expôs os tópicos que compõem o Relatório de Atividades do ano transato, a saber: a introdução; os objetivos estratégicos e atividades realizadas; a análise dos resultados e conclusões; os anexos. Na introdução, recordou que o Conselho de Ética é um órgão de consulta, composto por elementos representativos de várias áreas de pensamento, que discute diversas temáticas em plenário, mas sobretudo promove debates mais específicos no cerne de comissões especializadas. Estas realizam uma das atividades centrais do órgão: apoio aos investigadores na preparação dos seus projetos para efeitos de apreciação ética e consequente emissão de pareceres éticos, que se revelam cada vez mais regulamentados e exigidos legalmente, quer por agências de financiamento, quer por revistas de disseminação científica, disse. Sublinhou a riqueza da organização do Conselho de Ética, de certa forma visionária, estruturada em três Comissões de Ética que analisam e apreciam os projetos de investigação em ou com humanos, acautelando violações normativas e más práticas: a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências da Vida e da Saúde

(CEICVS), a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) e a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências do Ambiente (CEICA).

Neste alinhamento, esclareceu que foram definidos objetivos estratégicos que culminaram na concretização de várias atividades, durante 2023, cujos resultados revelam uma taxa de execução de 100%. De entre as várias atividades, deu especial destaque às seguintes:

- ✓ Avaliação ética de 407 projetos de I&D realizada pelas respetivas Comissões de Ética para a Investigação, envolvendo a verificação procedimental, a análise dos dossiês e a elaboração, aprovação e emissão de pareceres. Salientou a exigência inerente a este exercício avaliativo e enalteceu o trabalho realizado por todos aqueles que integram o Conselho de Ética e as várias Comissões.
- ✓ Promoção de espaços formativos ético-reflexivos inter e intra Comissões, essencialmente na modalidade de *workshops*, apostando na formação, no esclarecimento e na sensibilização para as questões bioéticas aliadas à investigação. Impondo-se a necessidade de substituir elementos que integram as comissões, por motivos de vária ordem, explicou que nestes *workshops*, com a duração de cerca de 1h30m, são analisados casos de estudo práticos e incitada a reflexão ético-deontológica. Em 2023, mais precisamente nos dias 26 de junho e 26 de julho, foi possível realizar o *workshop* "Bioética e integridade na Investigação Científica", contando com a participação dos membros do Conselho de Ética e respetivas Comissões, exemplificou.
- ✓ Realização do Fórum de Ética da UMinho, no dia 15 de dezembro de 2023, como espaço de reflexão, estando representada toda a academia, tendo sido possível cumprir uma das missões do Conselho de Ética, estatutariamente definida, e que ainda não tinha sido possível concretizar por motivos pandémicos.
- ✓ Elaboração do *Boletim CEUMinho,* ainda em curso, prevendo-se a divulgação da edição número 1 no início do ano letivo de 2024/2025. Esta iniciativa objetiva, não só a partilha de informação, mas também a promoção de uma cultura de integridade na universidade, com especial atenção aos desafios éticos e bioéticos na vida académica, sublinhou.
- ✓ Implementação da solução informática de apoio à tramitação dos processos de análise e emissão dos pareceres éticos relativos à avaliação de projetos de I&D, que se tem revelado cada vez mais essencial, mas por motivos vários, lamentou que ainda não foi possível concretizar na sua totalidade.

No que ao Plano de Atividades de 2024 diz respeito, elucidou que se mantêm os mesmos objetivos estratégicos, com especial incidência para a dimensão formativa e a criação de espaços de reflexão e sensibilização. Em termos concretos, elencou algumas das atividades previstas para 2024, sendo que grande parte assume uma continuidade na sua execução, a saber:

- ✓ Conclusão do desenvolvimento e implementação da Plataforma de Submissão e Gestão de Projetos de Investigação;

- ✓ Realização de *workshops* e reuniões, enquanto espaços formativos e ético-reflexivos, intra e inter Comissões em sinergia com o Conselho;
- ✓ Apresentação de propostas e recomendações e emissão de pareceres sobre questões éticas nas várias vertentes da missão institucional;
- ✓ Revisão/atualização do Código de Conduta de Ética da UMinho;
- ✓ Criação e lançamento do *Boletim CEUMinho*, previsivelmente em outubro de 2024, como instrumento promotor de uma cultura de integridade na universidade;
- ✓ Avaliação ética de projetos de investigação que decorrem no âmbito da atividade das unidades orgânicas e subunidades de investigação da UMinho, prevendo-se a conclusão, até ao final do presente ano, de cerca de 250 análises e emissão dos respetivos pareceres éticos, informou. Neste seguimento, a Presidente do Conselho de Ética reconheceu e enalteceu, uma vez mais, o trabalho realizado pelas Comissões de Ética, assim como o apoio prestado pelo Secretariado do órgão.

Prestes a terminar a sua apresentação, a Presidente do Conselho de Ética transmitiu uma mensagem final que o Conselho de Ética continuará a pautar a sua atividade com compromisso de missão, ancorado nos princípios e valores de respeito pela dignidade da pessoa humana, responsabilidade pessoal e profissional e integridade académica nas várias vertentes da atividade da universidade, sempre atentos à dinâmica temporal dos grandes desafios, controvérsias e dilemas éticos e bioéticos. A este propósito, anunciou que o próximo *Fórum do Conselho de Ética* decorrerá no dia 6 de dezembro, potenciando o debate e reflexão sobre temáticas tão importantes e atuais associadas à inteligência artificial, além de outros assuntos também prementes como por exemplo a discriminação, as desigualdades e a corrupção. A revisão do código de conduta ética será também um tópico a debater, finalizou.

A Conselheira Patrícia Maciel abriu o debate com uma nota pública de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho intenso de todas as equipas que integram as Comissões de Ética, tão impactante e significativo na análise dos projetos desenvolvidos na universidade.

A Conselheira Joana Arantes Silva congratulou, também, a Presidente do Conselho de Ética e a sua equipa, por todo o trabalho realizado. Salientando que este não é remunerado, deu especial enfoque à implementação de mecanismos promotores de boas práticas e à avaliação ética de projetos de investigação, que potenciam a realização de pesquisas científicas com qualidade e, consequentemente, a publicação de artigos em revistas de relevo científico, onde o parecer da Comissão de Ética, no caso da Psicologia, se apresenta como obrigatório. Corroborou a importância de serem debatidas temáticas relacionadas com a inteligência artificial. Por fim, a título de curiosidade, solicitou esclarecimentos adicionais quanto à Comissão de Ética para a Investigação em Ciências do Ambiente.

A Presidente do Conselho de Ética referiu que a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências do Ambiente foi criada desde o momento da institucionalização do órgão, com uma preocupação central relacionada com a bioética. Reconheceu que nas ciências ambientais, tal como na experimentação animal,

existe muita regulamentação legislativa que tem de ser respeitada e acautelada nos pareceres éticos emitidos. Clarificou que esta Comissão de Ética não tem recebido projetos na área ambiental, justificado pelo facto de já necessitarem de cumprir, a montante, vários requisitos e normas de proteção ambiental e sustentabilidade. Apesar da existência de um rigoroso enquadramento legal, a Comissão Especializada para a Investigação em Ciências do Ambiente tem procurado, juntamente com o Conselho e as outras Comissões, sensibilizar os investigadores e construir espaços de reflexão, mesmo não sendo obrigatório obter um parecer. "Eu devo fazer esta investigação?" é uma questão que se impõe, reforçou.

Manifestou o seu agrado ao constatar que existe uma cultura de submeter projetos às Comissões de Ética para obtenção de um parecer cada vez mais enraizada na comunidade académica, valorizando todo um conjunto de acontecimentos e de ações, realizadas pelo Conselho de Ética, e que têm contribuído para a consolidação destas práticas.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Luís Santos que subscreveu o referido pela Conselheira Patrícia Maciel sobre a quantidade extraordinária de trabalho realizado pelo Conselho de Ética. Tratando-se de uma situação comentada com bastante regularidade, questionou qual o ponto de situação da plataforma de submissão e gestão de projetos, concretamente, para quando está prevista a sua implementação e quais os impactos que poderá ter na carga de trabalho dos profissionais que dedicam uma parte substantiva do seu tempo ao Conselho de Ética.

A Presidente do Conselho de Ética reconheceu que, efetivamente, esta é uma questão que preocupa o Conselho e que requereu uma forte mobilização de todos os membros para que a plataforma fosse concebida, salvaguardando os critérios de sigilo e confidencialidade, assim como os fluxos de comunicação previamente negociados. Contudo, o desenvolvimento desta ferramenta foi adjudicado a uma empresa externa e o processo tem conhecido imensos imprevistos e dificuldades, lamentou. Em termos de impacto na gestão do trabalho, frisou que esta plataforma traduzirá um enorme apoio ao secretariado do Conselho, pois permitirá agilizar o envio, a receção e a devolução de processos aos membros do Conselho, tendo agradecido e enaltecido, de novo, o trabalho secretarial. Por fim, transmitiu sentir algum desencanto, porque o Conselho de Ética fez o trabalho que lhe competia, chegou a ser testada uma versão da ferramenta, esperava-se que fosse anunciada no Fórum de Ética, mas tal não se revelou possível.

O Reitor reconheceu que, de facto, este processo enfrentou vários constrangimentos desde o início da sua conceção, tendo muito presente as expetativas colocadas nesta ferramenta, desde o mandato da Professora Doutora Graciete Dias. Garantiu que os procedimentos foram oportunamente desencadeados e muito trabalho foi realizado pelas equipas internas e seus dirigentes, porém ocorreram várias peripécias por parte das empresas externas que foram contratadas para a prestação deste serviço que impediram a sua finalização. Frisou que não está em causa nem o compromisso do Conselho de Ética, desde logo dos seus responsáveis, nem das unidades de serviços da universidade, mas o desenvolvimento do procedimento de contratação que tem conhecido diversos contratempos desde o seu início. Absolutamente ciente da relevância

desta ferramenta, quer em termos de gestão da carga de trabalho, quer na garantia dos requisitos de confidencialidade, o Reitor reafirmou que a aplicação está praticamente pronta, com testes de operabilidade realizados, mas subitamente a empresa contratada para o efeito deixou de responder aos contactos da universidade. Não podendo adiantar mais informação, lamentou que, infelizmente, este dossiê conheceu um quadro de sucessivos problemas na contratação das entidades externas, que ultrapassam, reiterou, a universidade, o Conselho de Ética e a Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações, sendo a execução do contrato o principal problema. Por este motivo, à questão colocada pela Presidente do Conselho de Ética, quanto à possibilidade da aplicação ser anunciada no próximo Fórum, o Reitor referiu que não dispõe da segurança necessária para assumir tal compromisso, face às sucessivas falhas encontradas, mas assegurou que a UMinho está a fazer tudo o que está ao seu alcance, nomeadamente por parte das unidades de serviços, para que o projeto possa avançar, desejando que o trabalho possa ser entregue, pelo menos, no ponto de desenvolvimento em que se encontra.

O Conselheiro António Onofre interveio proferindo uma nota positiva sobre o trabalho do Conselho de Ética e a participação da UMinho na submissão de projetos para parecer ético, salientando que o volume de trabalho justifica a urgência da aplicação informática. Revelou alguma surpresa face à percentagem de projetos devolvidos ao Investigador Responsável, que ronda os 40% a 50%, e questionou se poderá ser feito algo ao nível das unidades orgânicas para reduzir esta percentagem. Concluiu a sua intervenção enaltecendo e agradecendo o trabalho realizado pelo Conselho de Ética.

A Presidente do Conselho de Ética abordou que o papel formativo do Conselho se tem revelado cada vez mais essencial para evitar más práticas como por exemplo o plágio e a fabricação de resultados, mas também para potenciar a reflexão sobre os requisitos éticos relacionados com a proteção de dados, o consentimento informado e esclarecido e o princípio da autonomia, o alojamento de dados em serviços europeus, entre outros. Enfim, evidenciou que existe uma panóplia de requisitos que são analisados pelas equipas transdisciplinares que compõem as comissões de ética e quando não é claro que tais requisitos são cumpridos, sempre num exercício de mútua aprendizagem, os projetos são devolvidos aos Investigadores Responsáveis. Não obstante, apreciou positivamente o aumento do número de projetos aprovados à primeira análise, o que revela uma sensibilidade acrescida para as questões éticas, muito potenciada pela formação e pelos *workshops* realizados nas unidades orgânicas, por exemplo, junto das comissões diretivas de cursos e dos conselhos pedagógicos. Terminou, afirmando que a formação nestas áreas é bastante importante desde os níveis iniciais de graduação.

Conferida a palavra ao Conselheiro Luís Guedes, felicitou também o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ética e respetivas Comissões e centralizou a sua intervenção na importância e impacto do sistema informático e da digitalização dos processos de submissão, gestão e armazenamento dos projetos de investigação, como garantia da privacidade e segurança dos dados.

Sem mais pedidos de intervenção a registar, o Vice-Presidente colocou à apreciação do Conselho Geral o Relatório de Atividades de 2023 e do Plano de Atividades de 2024 do Conselho de Ética, tendo os mesmos sido favoravelmente apreciados, por unanimidade dos membros presentes.

4. Apreciação do Relatório de Atividades do Provedor do Estudante

De imediato, o Vice-Presidente conferiu a palavra à Provedora do Estudante, Professora Doutora Rosa Vasconcelos, que apresentou sumariamente a informação vertida do documento referente ao relatório de atividades, correspondente ao ano letivo de 2022/2023, destacando os seguintes tópicos:

- ✓ número de casos por ciclos de estudos: mencionou que o número de casos reportados é superior no 1.º ciclo (340), todavia, em termos de proporcionalidade percentual, são os estudantes do 3.º ciclo os que mais procuraram a provedoria. Deu nota, também, do aumento do número de casos relacionados com os estudantes *Erasmus*, na mobilidade *out* (23 casos). Globalmente, 733 estudantes da UMinho recorreram à provedoria pelo menos uma vez, representando cerca de 4% do universo estudantil. Porém, o número de casos ascende aos 844 registos, sendo este diferencial justificado porque um mesmo estudante recorreu mais do que uma vez à provedoria, explicou.
- ✓ número de casos por unidade orgânica: a Escola de Economia e Gestão e a Escola Superior de Enfermagem reúnem mais registos, estando as restantes unidades orgânicas com resultados próximos entre si, mencionou.
- ✓ distribuição temporal: referiu que foi registado um pico de casos em janeiro de 2023, associado à Escola de Economia e Gestão, e outro pico em junho de 2023, ligado à Escola Superior de Enfermagem.
- ✓ natureza dos assuntos reportados à Provedoria: afirmou que as questões *académicas/administrativas* reúnem valores percentuais muito superiores (68%), comparativamente com os *assuntos pedagógicos* (20%), a *ação social* (6%), *outros assuntos* (5%) e *informações* (1%). No que às *questões académicas e administrativas* diz respeito, elucidou que os problemas com o pagamento de propinas, as dificuldades financeiras e a emissão de certidões e diplomas foram os mais reportados. Relativamente às *questões pedagógicas*, as provas de avaliação e a acreditação foram os tópicos que mais se destacaram. Na *ação social*, o valor das bolsas atribuídas foi o ponto mais referido.
- ✓ modalidade da intervenção desenvolvida: a mediação/interação com várias estruturas da universidade reuniu 87% da ação desenvolvida pela provedoria para resolução dos casos reportados, tendo também aplicado ações de aconselhamento (7%), encaminhamento de casos (5%) e a partilha de informação (1%). A este propósito, detalhou que, no exercício de resolver casos reportados à provedoria, privilegiou a interação direta com o Reitor, os membros da equipa reitoral, o Administrador, os Conselhos Pedagógicos, os Diretores de Curso, entre outros. Destacou ainda a interação com a Associação Académica, a quem agradeceu o convite para participar em reuniões

internas, destacando o importante papel que têm assumido ao nível da provedoria, com particular foco na prevenção de casos e não na sua remediação.

- ✓ teor das recomendações: especificou que foram realizadas oito recomendações, registando-se, pela primeira vez, uma recomendação em conjunto com o Provedor Institucional, relativamente à *existência de ações de sensibilização para as questões do assédio e de informação sobre os meios disponíveis*.
- ✓ atividades realizadas: neste domínio, transmitiu o seu agradecimento às pessoas e equipas que integram os vários organismos da UMinho que interferem, em determinada medida, na vida dos estudantes, e com os quais reúne mensalmente: Reitor, Vice-Reitora para a Educação e Mobilidade Académica, Pró-Reitor para os Assuntos Estudantis, Administrador da Universidade do Minho, Administradora dos Serviços de Ação Social, Diretora da USGA, Diretor da USFP, Diretora da USAI, Associação Académica e estudantes de doutoramento. Apresentou, também, os vários eventos em que participou, congratulando-se pelo facto do papel do Provedor do Estudante assumir, essencialmente ao longo dos últimos dois anos, um papel cada vez mais visível e preponderante, não só na academia UMinho, como a nível nacional.

Por fim, informou que, nos dias 5 e 6 de setembro, decorrerá o *XIII Encontro dos Provedores*, integrado nas Comemorações dos 50 anos da UMinho e com o alto patrocínio do Senhor Presidente da República. Detalhou que este evento debruçar-se-á sobre tema do papel do Provedor, uma década e meia depois do seu aparecimento em contexto universitário, contando com convidados internacionais de redes congéneres.

Concluindo a sua intervenção, agradeceu publicamente o contributo de todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a resolução dos casos com sucesso e para que o papel do Provedor pudesse chegar a bom porto.

O debate sobre o ponto em apreço, iniciou com a intervenção da Conselheira Margarida Isaías que felicitou o trabalho da Provedora do Estudante, realçando que este não se limita ao contexto UMinho, mas estende-se aos contextos nacionais e internacionais. Particularmente na UMinho, fez questão de explicitar que o crescente aumento de casos não significa taxativamente um aumento do número de estudantes com problemas, mas fundamentalmente a consciencialização para a existência destes organismos que permitem identificar os casos e resolvê-los. A nível nacional, partilhou que é visível e surpreendente a diferença existente entre o Gabinete de Provedoria da UMinho se comparado com outras universidades, havendo inclusivamente o contacto por parte de outros Provedores, quer seja com a Provedora do Estudante da UMinho, quer seja com a Associação Académica da UMinho, para conhecerem e aplicarem as boas práticas que aqui são desenvolvidas.

A Conselheira Patrícia Maciel também expressou o seu agradecimento relativamente ao trabalho desenvolvido pela Provedora do Estudante, reconhecendo a sua qualidade e salientando a ótima capacidade de comunicação para e com os estudantes, consciencializando-os da existência deste cargo, a quem podem

recorrer para resolver os seus problemas. Baseando-se na recomendação conjunta da Provedora do Estudante e do Provedor Institucional, focou parte da sua intervenção nas questões do assédio, pedindo esclarecimentos adicionais sobre a sua visão quanto ao ponto de situação desta temática no contexto da UMinho.

Devidamente autorizado, o Reitor tomou a palavra e informou que o canal de denúncias estará em funcionamento no início do próximo mês de setembro. Mencionou que o processo se encontra fechado e traduzir-se-á num instrumento fundamental para organizar todo o processo de receção e tratamento de denúncias, com todas as questões de confidencialidade garantidas, respondendo não só às questões de assédio, mas também de corrupção, entre outras. Ademais, acrescentou que não se trata de um instrumento que prevê apenas a recolha de queixas, mas também a sua tramitação dentro da instituição, estando prevista uma campanha de informação sobre estes instrumentos para breve.

O Conselheiro Luís Guedes manifestou também o seu apreço pelo trabalho realizado pela Provedora do Estudante. Tendo percorrido os vários tópicos das recomendações publicadas, concluiu que as mesmas exprimem as preocupações fundamentais sentidas pelos estudantes ao longo do ano letivo, valorizando, especialmente, o impacto da recomendação número 5/2024 (embora não corresponda ao ano em análise) - *Recomendação para que seja permitida aos estudantes inscritos no último ano do 1º ciclo a inscrição extracurricular no 2º ciclo nas áreas de Ensino.*

Conferida a palavra ao Conselheiro António Onofre, enfatizou que a Provedora do Estudante tem sido uma figura absolutamente estruturante na atividade da UMinho, cujo trabalho é revelador do seu entusiamo e envolvência para com os estudantes. Manifestou a sua constante preocupação quanto à permanência dos estudantes no Ensino Superior, apercebendo-se do aumento do número de estudantes que necessitam de assumir outras atividades paralelas para continuarem a sua formação académica. Neste seguimento, questionou quanto à sensibilidade da Provedora do Estudante para esta realidade e qual a posição da UMinho comparativamente com outras instituições de Ensino Superior, no panorama nacional e internacional, adiantando que tem a perceção que a UMinho se destaca na forma como se envolve com os seus estudantes.

A Conselheira Isabel Soares reiterou as palavras já proferidas por outros membros deste Conselho, reforçando também as palavras de gratidão e reconhecimento pelo magnífico trabalho realizado pela Provedora do Estudante, cuja dedicação é contagiante. Voltando um pouco atrás, concluiu que ambas as apresentações realizadas, quer pela Presidente do Conselho de Ética, quer pela Provedora do Estudante são motivos de orgulho, reforçando a sua convicção que, efetivamente, a UMinho se destaca nestas dimensões.

Em resposta às intervenções ocorridas, a Provedora do Estudante agradeceu as palavras dos membros do Conselho, salientado que a ajuda e o apoio de todos os organismos e entidades com as quais interage se revela fundamental para desempenhar o seu trabalho com sucesso. Frisou que, de facto, a UMinho se destaca se comparada com a situação de outras universidades. Enquanto Presidente da Rede de Provedores dos Estudantes, partilhou que tem estimulado a interação entre os vários Provedores e a partilha entre pares, alterando a imagem solitária que outrora o Provedor assumia. A título de exemplo, mencionou que criou a

"hora do Provedor" que assenta na realização de um encontro, uma vez por mês, com os Provedores da Rede, promovendo a discussão e o fortalecimento de sinergias, quer entre si, quer com as diferentes organizações, desde logo, as várias associações académicas, os serviços e as unidades orgânicas. Ainda sobre o seu papel enquanto Provedora, reforçou que tem privilegiado a prevenção dos casos, identificando que os grandes problemas com os quais é confrontada se prendem com necessidades económicas, especialmente, dos estudantes internacionais. Revelou uma profunda angústia, embora no domínio da suspeita, face à possibilidade de estarmos perante casos de tráfico de humanos, através da obtenção de um visto de estudante, quando o exercício laboral se assume como a finalidade primordial. Afirmou que a Rede de Provedores conversa sobre estas problemáticas, mantendo-se atenta a potenciais casos que configurem situações de tráfico, apostando na reflexão e debate sobre estas questões e formas de as evitar.

Partindo das preocupações expressas pela Provedora do Estudante, a Conselheira Patrícia Maciel solicitou a palavra e sugeriu que as problemáticas mais presentes na vida dos estudantes fossem debatidas, numa primeira fase, pela Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade, eventualmente em parceria com a Provedora e, posteriormente, as conclusões e reflexões apuradas fossem objeto de análise e de debate estratégico no âmbito do plenário do Conselho Geral. Enquanto Diretora de Curso partilha as mesmas preocupações quanto à integração e acolhimento dos estudantes internacionais, acrescentou.

O Vice-Presidente, partindo do pressuposto que as Universidade Portuguesas receberão cada vez mais estudantes internacionais, desde logo por questões demográficas, evidenciou o papel fundamental da Provedora do Estudante, que revela mergulhar em profundidade nas questões sentidas pelos estudantes de modo a perceber as principais causas dos seus problemas e a forma de os evitar, sendo muito importante manter-se atenta às deturpações e riscos associados à mobilidade internacional de pessoas que, na sua opinião, registará fluxos cada vez mais elevados e a um ritmo que prevê imparável.

A Provedora do Estudante reforçou o seu agradecimento pelo reconhecimento do seu trabalho e partilhou que perspetiva agendar uma reunião com a Secretária de Estado da Juventude, que assume o pelouro das Migrações, e também uma outra reunião com a Ministra da Administração Interna, na tentativa de perceber se será viável que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo possa estar na UMinho, pelo menos uma vez por mês.

A Conselheira Manuela Soares exprimiu o seu contentamento por se estarem a discutir estas problemáticas, dando-lhe a importância que é devida, reconhecendo também o excelente trabalho da Provedora do Estudante. Descreveu uma situação particular ocorrida na *ACCENTURE*, aquando da receção de estagiários (geralmente aqueles que acabam de concluir uma licenciatura), em que foi abordada sobre a importância dos jovens vivenciarem experiências, formativas e profissionais, no estrangeiro como condição para conseguirem obter oportunidades de trabalho interessantes em Portugal. Apercebeu-se, com esta abordagem, que nas camadas mais jovens começa a instalar-se a ideia que para conseguirem carreiras

profissionais de sucesso, em Portugal, necessitam de realizar parte da sua formação no estrangeiro. Apesar de discordar desta condição, acreditando que podem ser construídas carreiras de sucesso com experiências diferenciadoras em Portugal, não diminuindo a relevância da formação académica em Portugal, considerou que poderá ser importante refletir sobre esta tendência de se valorizar experiências no estrangeiro, sobretudo ao nível do 2.º ciclo.

Sem mais intervenções a registar, o Relatório da Provedora do Estudante foi colocado à apreciação, tendo reunido o parecer favorável por unanimidade dos membros presentes.

5. Apreciação do Relatório de Atividades do Provedor Institucional

A análise e debate do ponto acima referido iniciou-se com a apresentação dos dados, efetuada pelo Provedor Institucional, Professor Doutor João Álvaro Carvalho, relativamente às atividades desenvolvidas no período de março de 2023 a fevereiro de 2024. O Provedor Institucional começou por efetuar uma breve contextualização do seu mandato, desde a tomada de posse no cargo, referindo que este ano se pautou pela aprendizagem e adaptação no que concerne ao papel do Provedor Institucional. Seguidamente, apresentou números quanto às participações recebidas (12), sendo o correio eletrónico o principal canal de contacto, e às recomendações divulgadas (4), sendo uma delas em conjunto com a Provedora do Estudante, tal como referido no ponto anterior. Detalhou, com recurso à apresentação de uma tabela-síntese, a data, a origem, o tema, as entidades ouvidas e o estado em que se encontram as várias participações, ressaltando que nove delas se encontram encerradas e três resultaram na emissão de uma recomendação, a saber:

- ✓ uma direcionada aos Presidentes das unidades orgânicas de ensino e investigação sobre a abertura de concursos para a carreira docente, recomendando mais especificamente a divulgação de informação institucional sobre a situação do pessoal docente nas UO e as perspetivas de progressão na carreira;
- ✓ uma outra também direcionada às unidades orgânicas, embora tocando em aspetos mais delicados que envolvem decisões dos conselhos científicos, refere-se a aspetos a considerar na definição de critérios de mérito absoluto de pessoal docente em que os candidatos poderão ser já professores na UMinho;
- ✓ e uma terceira recomendação dirigida essencialmente aos serviços: à USRH, propondo a verificação de situações de não cumprimento de atualizações remuneratórias; aos órgãos de gestão e governo, sensibilizando para a adoção de procedimentos administrativos no tratamento de situações de exceção que não encaixam nas práticas regulares.

Apresentou, ainda, uma breve reflexão quanto ao papel do Provedor Institucional, concluindo que as suas atividades passam, maioritariamente, por *i)* informar sobre os canais institucionais que devem ser acionados dependendo do assunto reportado; *ii)* facilitar e acelerar a execução de procedimentos e a resolução problemas; *iii)* mediar as partes em situações de conflito; *iv)* ouvir. Acrescentou que, muitas vezes, o Provedor Institucional é procurado para intervir, sem que todas as vias normais tenham sido esgotadas, como por

exemplo apresentar o problema ao superior hierárquico. Concluiu que o seu papel, neste último ano, foi de teor mais reativo, embora esteja a ponderar sobre iniciativas e ações que possam contribuir para um bom ambiente académico e para o bem-estar do pessoal na UMinho.

O debate iniciou-se com a intervenção da Conselheira Joana Arantes Silva que reconheceu publicamente a importância do papel do Provedor Institucional na promoção dos direitos do pessoal que trabalha na universidade e revelou alguma surpresa perante o reduzido número de participações registadas, considerando que o cardo existe desde 2018. Apelou à reflexão face a este número, adiantando possíveis hipóteses: desconhecimento quanto à existência desta figura na UMinho, falta de sensibilização ou, eventualmente, receio de participar situações que ocorrem.

O Provedor Institucional adiantou que se registou um total de 15 participações no mandato anterior, considerando um período de cinco anos. Logo, concluiu, 12 casos no espaço temporal de um ano revela um aumento significativo do número de ocorrências. Reforçou ainda que das 12 participações registadas apenas três justificaram, efetivamente, a intervenção do Provedor Institucional. Nos outros casos, a própria instituição está preparada e organizada para resolver as ocorrências verificadas. Quanto ao possível desconhecimento da existência do cargo, não vê como fulcral a sua publicitação, de qualquer modo, procurará estar presente em atividades sempre que para tal seja convidado e assim dar a conhecer a existência deste papel. Está convicto que existem mecanismos suficientes na instituição para resolver a maior parte das situações reportadas, sendo exceção casos particulares que requerem uma gestão de conflitos.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Victor Soares que enfatizou o agradecimento pelo trabalho desempenhado, ao longo dos últimos anos, pela Presidente da Comissão de Ética, pela Provedora do Estudante e pelo Provedor Institucional. Quanto à exposição do Provedor Institucional e, mais concretamente ao relatório de atividades apresentado, sugerir que o termo "colaborador" fosse substituído por "trabalhador", fundamentando, desde logo, com os dois diplomas legais que enquadram e regulam os contratos laborais: Lei de Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho. Fez questão de salientar, também, que apesar das participações dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão serem reduzidas, não significa linearmente que não existem razões para serem apresentadas queixas e reclamações que incitem a tomada de ações concretas, recorrendo até a organismos judiciais. Reforçou que, pela sua natureza muito própria, há questões de ordem laboral que são encaminhadas para Comissão de Trabalhadores, que, por sua vez, em articulação com o Reitor, procura contribuir para a resolução dos assuntos que no dia a dia lhe são colocados. Terminou a sua intervenção partilhando uma outra sugestão: tal como ocorreu na presente reunião, sugeriu que fosse dada a oportunidade da Comissão de Trabalhadores apresentar também o seu relatório de atividades anual, dando a conhecer as várias situações que lhe foram reportadas.

Conferida a palavra ao Conselheiro António Onofre, manifestou, também, o seu apreço quanto ao trabalho desempenhado pelo Provedor Institucional, relevando as questões tão problemáticas que afetam diretamente os trabalhadores, como por exemplo posições remuneratórias, concretização de contratos de

trabalho ou pagamentos de subsídios extraordinários. Sublinhou o facto do Provedor Institucional e da Provedora do Estudante divulgarem uma recomendação em conjunto, transparecendo os laços comunicantes que existem entre diferentes organismos da UMinho. Por fim, questionou o Provedor Institucional quanto ao grau de complexidade do cargo, face às problemáticas com que foi sendo confrontado.

Em resposta à intervenção anterior, o Provedor Institucional mencionou que a complexidade dos assuntos é muito variável, sendo as questões remuneratórias as mais sensíveis. De qualquer modo, como docente da casa há imensos anos, o processo de resolução das participações é facilitado, pelo conhecimento que detém sobre os serviços ou as pessoas que deverá contactar mais diretamente. Detalhou que há casos simples em que o seu papel passa por encaminhar e orientar as pessoas para os pontos de contacto corretos. Quando à emissão de uma recomendação conjunta com a Provedora do Estudante, focada na temática do assédio, referiu que coincidiu com uma certa notoriedade do tema nos meios de comunicação social que afetou a UMinho. Apesar de não ter recebido nenhuma participação neste âmbito, mostrou-se ciente que se trata de uma questão delicada que poderá assumir outras proporções, mas está também convicto que os mecanismos que, entretanto, estão a ser criados permitirão identificar e resolver as situações reportadas quanto a esta matéria.

A Conselheira Helena Pereira interveio, saudando primeiramente a intenção do Vice-Presidente adotar uma metodologia que promova a eficiência do debate, sem descurar a troca de opiniões e perspetivas. De seguida, reforçou a importância do recurso à terminologia "trabalhador" em vez de "colaborador", justificando que em termos legais todos os profissionais são trabalhadores, independentemente do cargo que ocupam, das funções que exercem ou do vínculo contratual celebrado.

O Conselheiro Luís Santos corroborou que o termo "trabalhador" é o mais indicado, assim como concordou com a publicitação de recomendações conjuntas de ambos os provedores. Colocou ainda duas questões: se o canal de denúncias irá possibilitar o envio de mensagens ao Provedor Institucional e se as recomendações dirigidas às unidades orgânicas foram remetidas diretamente para estas.

O Provedor Institucional agradeceu a sugestão quanto à terminologia usada que irá rever em futuras edições do relatório de atividades, justificando que na área científica em que se enquadra é mais utilizado o termo "colaborador". Quanto ao canal de denúncias, afirmou que será interessante o Provedor Institucional ter acesso a determinadas informações, como por exemplo o número de denúncias apresentadas, embora tenha afirmado que, na sua opinião, tais denúncias são independentes do Provedor Institucional, tratando-se de canais autónomos. Quanto às recomendações dirigidas às unidades orgânicas, elucidou que as mesmas foram remetidas ao Reitor, tendo sido divulgadas no Conselho de Presidentes das unidades orgânicas.

Nada mais havendo a acrescentar, o relatório de atividades do Provedor Institucional foi colocado à apreciação, tendo reunido o parecer favorável, por unanimidade, dos membros presentes.

Concluindo, o Vice-Presidente enfatizou, uma vez mais, o trabalho desenvolvido pelos três intervenientes da parte da manhã, cujo empenho e dedicação muito contribuem para elevar o nome da Universidade do Minho.

Os trabalhos encerraram pelas 13 horas, tendo sido retomados pelas 14 horas e 30 minutos.

6. Apresentação dos Projetos PRR em desenvolvimento na Universidade

No período da tarde, os trabalhos prosseguiram de imediato com a apresentação dos projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em desenvolvimento na UMinho, na sequência da questão levantada, em sede do último plenário, pelo Conselheiro Tiago Miranda, no que concerne ao impacto, essencialmente numa perspetiva financeira, dos projetos desenvolvidos no âmbito do PRR. Efetuando uma contextualização inicial, o Reitor recordou que o Administrador já havia partilhado, por mensagem escrita, dados sobre o impacto financeiro dos projetos PRR, em 2023, que se revela reduzido e, portanto, os resultados positivos do Grupo UMinho não eram afetados de forma significativa pela execução destes projetos. Ainda assim, apresentou dados sobre a forma como a UMinho se tem apropriado deste programa, quais os objetivos preconizados e quais as transformações esperáveis na instituição.

Cada vez mais presente no discurso público, o Reitor enfatizou a natureza estratégica do PRR orientada para a diluição dos efeitos da crise pandémica, embora, na prática, seja objeto de reconfigurações no sentido do reforço e da assunção de medidas que permitam retomar, de forma sustentada, o crescimento económico. Assim, tratando-se de um plano que abre a possibilidade de explorar oportunidades de financiamento por parte das instituições de ensino superior, através da resposta a um conjunto de avisos que o vão materializando, destacou que a UMinho, no âmbito do PRR, preconiza os seguintes objetivos essenciais: *i)* reforçar a capacidade de alojamento estudantil; *ii)* recuperar e modernizar as infraestruturas físicas, pedagógicas e tecnológicas da UMinho; *iii)* reorientar a oferta pedagógica da universidade; *iv)* expandir o potencial de inovação socioeconómica da universidade; *v)* reforçar o sistema científico e de inovação da universidade.

Estes objetivos, frisou, têm orientado a resposta da UMinho aos avisos publicados no quadro das várias dimensões do PRR, organizadas em três domínios principais, designadamente: *resiliência*, *transição climática* e *transformação digital*. O Reitor orientou a sua intervenção, percorrendo as várias componentes em que a UMinho regista algum tipo de participação, mencionando os projetos mais emblemáticos em cada uma delas.

Dimensão Resiliência: Componente 2 - Habitação

No domínio da *Resiliência*, mais especificamente na *componente 2 – Habitação*, clarificou que a incidência da UMinho recai sobretudo na exploração das possibilidades abertas para a construção de residências para os estudantes, designadamente a residência da antiga escola de Santa Luzia, em Guimarães. Elucidou que a UMinho apresentou uma candidatura, em tempo oportuno, contando com a atribuição de um

financiamento no valor de 5M€, estando preparada para lançar o concurso público para a construção da respetiva residência, previsivelmente, durante o mês de agosto ou no início do mês de setembro. Alertou que a universidade terá de alocar uma parte da verba de receitas próprias para este projeto, considerando que o orçamento para a construção desta residência é de 5,8M€.

Adicionalmente, apesar da UMinho não estar diretamente envolvida na construção da residência da antiga *Fábrica da Confiança*, dado que a obra pertence à Câmara Municipal de Braga, informou que este processo se encontra, neste momento, em fase de adjudicação.

Dimensão Resiliência: Componente 5 – Capitalização e Inovação Empresarial

Ainda no domínio da *Resiliência*, o Reitor afirmou que a componente 5 – *Capitalização e Inovação Empresarial*, se reveste de elevada importância para a UMinho, registando-se a participação num vasto conjunto de projetos, seja nas *agendas mobilizadoras para a reindustrialização*, seja nas *agendas verdes para a inovação empresarial*. Referiu que a UMinho está envolvida em 18 agendas, contando com um montante, na ordem dos 38,6M€, explicando que cada projeto envolve um conjunto vasto de entidades empresariais. Neste seguimento, apresentou detalhadamente, com recurso a uma tabela, informação por agenda, respeitante à empresa líder, à dotação destinada à UMinho e às unidades orgânicas envolvidas, particularizando que se tratam, essencialmente, de unidades de investigação da Escola de Engenharia, da Escola de Medicina, da Escola de Economia e Gestão, da Escola de Ciências e da Escola de Arquitetura Arte e Design. Ainda sobre a componente 5, o Reitor esclareceu que esta comporta uma vertente ligada ao setor agroalimentar, sendo a UMinho líder de um projeto, intitulado *BioFago – novas estratégias no controlo do fogo bacteriano*, através do Centro de Engenharia Biológica (CEB) e do *Centre of Molecular and Environmental Biology* (CBMA), contando com um financiamento de 192902€.

Dimensão Resiliência: Componente 6 – Qualificações e Competências

O Reitor prosseguiu declarando que a UMinho também assume uma participação bastante expressiva no que à componente 6 diz respeito, referente às *qualificações e competências*, sobretudo nos investimentos que são relativos ao chamado *incentivo adultos* e ao designado *impulso jovens STEAM*. Assumiu que tais projetos são, particularmente, importantes para a UMinho, considerando a sua natureza compósita, pois admite investimentos não só orientados para a formação, mas também para a melhoria das infraestruturas física, tecnológica e pedagógica. Estes projetos partilham um financiamento de cerca de 13,5M€ e contam com o envolvimento de todas as unidades orgânicas, à exceção do I3Bs. Neste âmbito, o Reitor fez notar o elevado número de entidades parceiras que estão a colaborar com a UMinho, não só no desenho da oferta educativa pós-graduada não conferente de grau e no desenho de cursos de formação orientados para profissionais em atividade, mas também no desenvolvimento e execução dos mesmos.

Fazendo um ponto de situação atual, expôs que dos 112 cursos previstos, 73 cursos estão criados, correspondendo a todos os programas educacionais que a UMinho apresentou em sede de candidatura; foram criadas duas licenciaturas; decorreram 56 edições de cursos neste âmbito, envolvendo 84 entidades parceiras, com 1290 participantes e 896 diplomadas. Em termos de execução dos projetos, garantiu que a UMinho apresenta resultados bastante positivos quanto aos compromissos assumidos.

No âmbito do *impulso adultos*, salientou a participação de cerca de 1300 formandos, esperando-se que até dezembro de 2024 seja atingido um número próximo aos 2000 participantes em projetos da UMinho, traduzindo-se num número muito superior ao inicialmente previsto (1500). Quanto ao número de diplomados, adiantou que pode apresentar um ligeiro diferencial entre o previsto (625) e o alcançado (500).

No que concerne à execução financeira, ultrapassados dois terços do tempo de execução do projeto, referiu que a UMinho apresenta uma taxa de execução que ronda os 60%, com 13,5M€ orçamentados para o programa e 7,9M€ já cabimentados, sobrando, portanto, uma verba de cerca de 5,7M€ por cabimentar.

Sendo um projeto transversal a toda a universidade, o Reitor partilhou algumas notas quanto aos impactos que se assumem, particularmente, importantes para a instituição, tendo dado especial destaque à requalificação da infraestrutura (física, tecnológica e pedagógica), ao financiamento da formação global de estudantes e da sua integração profissional, ao financiamento de recursos humanos da própria universidade, ao financiamento de bolsas para estudantes e à formação de quadros superiores, em articulação com entidades externas envolvidas no desenho e concretização dos vários projetos. Ainda neste domínio, apresentou alguns registos fotográficos exemplificativos das várias intervenções realizadas, fazendo referência à empreitada de reparação da fachada e cobertura do edifício 3 no *campus* de Gualtar; à empreitada de reparação do edifício 6 no *campus* de Azurém; à aquisição de equipamentos de vanguarda disponibilizados no âmbito de vários cursos para suportar atividades pedagógicas; à renovação de laboratórios e equipamentos; à empreitada de substituição de coberturas em fibrocimento nos edifícios 5 e 6 do *campus* de Gualtar; à aposta na disponibilização de equipamentos multimédia para espaços pedagógicos, partilhando que até ao momento foram equipadas 62 salas nos *campi* de Gualtar e Azurém.

Dimensão Transição Climática: Componente 12 – Bioeconomia Sustentável

No que concerne à componente 12 – *Bioecnonomia Sustentável*, o Reitor fez referência a dois projetos que contam com a participação da UMinho:

- *BE@T – Bioeconomia para a Fileira Têxtil e Vestuário*, cujo líder é o CITEVE, com uma dotação para a UMinho de 2613385€ e a participação do 2C2T e o CEB;
- *BioShoes4All – Inovação e capacitação da fileira do calçado para a bioeconomia sustentável*, cujo líder é a Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado, Componentes e Artigos de Pele, com a dotação para a UMinho de 723507€ e a participação do 2C2T.

Dimensão Transição Climática: Componente 13 – Eficiência Energética em Edifícios

No âmbito desta componente, o Reitor explicitou que as candidaturas aprovadas já detêm financiamento atribuído, estando em fase de desenvolvimento projetos em três edifícios principais: o edifício 1 e as cantinas dos *campi* de Gualtar e Azurém, que vão ser renovadas na perspetiva da sua eficiência energética, reunindo um financiamento um pouco acima dos 3M€.

Dimensão Transição Digital: Componente 16 – Empresas 4.0

No que à componente 16 diz respeito, o Reitor fez uma breve referência a dois projetos principais que envolvem a participação do ALGORITMI: *PRODUTECH DIH* com uma dotação orçamental de 341354€ e o *CONNECT 5DIH* com uma dotação orçamental de 476010€.

Dimensão Transição Digital: Componente 19 – Administração Pública mais eficiente

No âmbito da componente 19, o Reitor apresentou sucintamente dois projetos fundamentais:

- ✓ *Capacitação da Administração Pública – Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho*, desenvolvido ao longo de 2023, com um financiamento aprovado de 24482€, dos quais foram executados 17291,73€.
- ✓ *Administração Pública mais Eficiente – Rede de Centros de Competências em Cibersegurança*, a desenvolver entre março de 2024 e março de 2026, com 149660,48€ de dotação financeira aprovada.

Além destes projetos candidatados e com financiamento atribuído, o Reitor sinalizou um conjunto de outros projetos que resultaram da reprogramação do PRR, como por exemplo:

- ✓ *Projeto UMinho Mais Digital – Competências para o Futuro*, que envolvendo várias unidades orgânicas, procura reforçar as competências digitais de jovens e adultos com formação de base em áreas não STEM, através da criação de um portefólio de cursos de curta duração e da reconversão de profissionais não STEM, e modernizar tecnologicamente os espaços pedagógicos, tendo um financiamento a 100% próximo dos 1,8M€.
- ✓ *Inovação e Modernização Pedagógica no Ensino Superior – Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono Escolar no Ensino Superior*, com o objetivo de promover o sucesso académico e reduzir o abandono escolar no ensino superior, tendo como entidades parceiras da UMinho, os Serviços de Ação Social, a TecMinho, a Associação de Psicologia da UMinho e a Associação Académica da UMinho, com um financiamento de 925 147€.

- ✓ *Inovação e Modernização Pedagógica no Ensino Superior – Criação de centros de excelência e inovação pedagógica*, cuja candidatura foi apresentada em formato de consórcio sob a coordenação da UMinho, registando a participação da Universidade de Aveiro, da Universidade da Beira Interior, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, do Instituto Politécnico de Leiria e do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com um financiamento global de 3 842 857,14€, dos quais 855 357, 14€ correspondem ao financiamento da UMinho. Clarificou que a criação deste programa objetiva o desenvolvimento de percursos de formação pedagógica com impacto efetivo nas experiências dos estudantes, o desenvolvimento de plataformas e recursos digitais e a requalificação de espaços das instituições que integram o consórcio.
- ✓ *Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior*, com o financiamento de 542 767, 50€, conta com o envolvimento dos Serviços da Ação Social, do Centro de Medicina Digital P5, da Associação de Psicologia da UMinho, mas também de entidades externas como o Hospital de Braga, o Serviço Local de Saúde Mental do Hospital Senhora da Oliveira e o Centro de Respostas Integradas de Braga da DICAD/ARS Norte. O Reitor salientou que este projeto é representativo da posição que a universidade tem assumido perante o PRR, no sentido em que procura garantir que os projetos não se esgotem em si próprios, mas se traduzam na criação de estruturas permanentes na universidade. Neste caso em particular, reforçou que é assumido o compromisso de criar uma estrutura permanente orientada para a promoção da saúde mental que, futuramente, irá dispor de recursos próprios qualificados.
- ✓ *Transição digital e inovação do ensino em saúde*, que assume a figura de consórcio e conta com a participação da Universidade do Porto, da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, do Politécnico do Porto, da Escola Superior de Santa Maria e da Escola Superior de Enfermagem do Porto. Em termos de dotação, o projeto prevê cerca de 8,5M€ e abre a possibilidade às escolas que, no país, estão ligadas à educação médica ou estão a operar na área da saúde, de encontrarem condições de modernização tecnológica e digital, sublinhou.

Em jeito de conclusão, o Reitor reiterou que os projetos, no âmbito do PRR, assumem um potencial transformador, cujos efeitos se pretendem duradouros e com impactos em dimensões fundamentais da instituição UMinho. A título de exemplo, acentuou que a reorientação do portefólio de cursos da universidade assume-se essencial, contando com a mobilização de parceiros e o envolvimento das unidades orgânicas no seu conjunto, capacitando a universidade de respostas às novas solicitações oriundas do tecido social e do tecido económico. Além disso, reforçou também que a universidade tem de consolidar o seu sistema de inovação, fortalecendo ou criando novas redes relacionais e novas articulações com entidades externas.

Assumindo que em determinadas dimensões a UMinho tem aproveitado o PRR para recuperar alguns atrasos, nomeadamente no que à atualização tecnológica e infraestrutura física diz respeito, existem outras dimensões onde o caráter transformacional se revela evidente. Por este motivo, partilhou o seu contentamento quanto ao modo como o PRR está a ser concretizado na universidade, sendo, contudo, evidente que os recursos

que têm sido colocados à disposição do sistema de ensino superior e de investigação são insuficientes face àquilo que são ambições particulares, ressalvou.

Concluída a sua apresentação, o Vice-Presidente abriu o espaço para o debate, conferindo a palavra ao Conselheiro Miguel Martins, que começando por agradecer a apresentação e a partilha de informação, solicitou esclarecimentos adicionais relativamente a dois pontos: *i)* aguardando informação sobre as *spin-Offs* ativas na UMinho, questionou quantas destas são parceiras institucionais nos vários projetos PRR da UMinho; *ii)* face à crise na habitação e, consequentemente, à falta de disponibilização de camas aos estudantes do Ensino Superior, cujas famílias se vêm confrontadas com condições financeiras extremas, interrogou quanto ao ponto de situação em que se encontra o processo para a construção das residências universitárias, mais concretamente, quais os prazos previstos de início e fim.

Seguiu-se a intervenção da Conselheira Margarida Isaías que reiterou o agradecimento pela informação partilhada e congratulou a postura ativa da UMinho na resposta a oportunidades tão importantes para a universidade, destacando o envolvimento dos estudantes em vários projetos no âmbito do PRR, nas áreas da promoção do sucesso académico, do abandono escolar e da promoção da saúde mental. Corroborando que estes projetos não devem terminar aquando do fim do PRR, destacou a importância crucial da reabilitação dos espaços pedagógicos e consequente necessidade de aposta na digitalização e na formação dos docentes para que a utilização dos novos equipamentos e mecanismos seja efetiva. Em termos mais concretos, solicitou esclarecimentos adicionais no que à reabilitação dos complexos desportivos diz respeito, sublinhando a importância da prática do desporto na promoção do bem-estar físico e mental. Tal como o Conselheiro Miguel Martins, perguntou sobre o ponto de situação da construção das novas residências universitárias e da reabilitação das existentes, apelando que as intervenções decorressem no período de pausa letiva e, caso não seja possível, que fossem encontradas alternativas para o alojamento temporário dos estudantes até ao término das obras de requalificação.

Em resposta às questões colocadas sobre a residência da *Fábrica da Confiança*, o Reitor elucidou que a UMinho não é proprietária da obra e, portanto, a informação de que dispõe é que esta se encontra em fase de adjudicação da obra. Expressou que partilha das mesmas preocupações dos representantes dos estudantes quanto à falta de alojamento. Estando as residências atuais com uma lotação de 100%, é seu desejo que a construção das novas residências seja concluída tão cedo quanto possível. Quanto à requalificação das residências existentes, assegurou que estão identificadas as situações de maior preocupação, existindo já um plano de ação para a recuperação de quartos que não reúnem condições de habitabilidade. Acrescentou que já foi dada autorização para os SASUM avançarem com os procedimentos relacionados com o trabalho de recuperação não só das residências universitárias, mas também do pavilhão gimnodesportivo e da substituição de equipamentos necessários à atividade do setor alimentar.

No que concerne às *spin-offs*, o Reitor passou a palavra ao Vice-Reitor Eugénio Campos Ferreira, que informou que as empresas com selo *spin-off* estão listadas no portal da TecMinho. Anunciou também que, em

setembro próximo, será lançado o *Portal da Inovação* da UMinho, que para além desta informação, disponibilizará conteúdo adicional sobre o ecossistema de inovação da UMinho. Em termos de números, referiu que são cerca de 50 entidades ativas. Relativamente à participação destas empresas nas agendas dos projetos PRR, mencionou que é residual, podendo procurar obter informação mais detalhada sobre esta matéria. Contudo, assinalou que o cenário poderá ser diferente se falarmos na participação de *start-ups*, ou seja, de entidades promovidas por antigos professores e/ou estudantes que saíram da UMinho e mais expressivo ainda se a colaboração for analisada à luz da participação da UMinho através do seu ecossistema de inovação, isto é, das suas interfaces e laboratórios colaborativos, registando-se a participação direta em 18 projetos que acumulam cerca de 50M€ de financiamento no total.

Passada a palavra ao Conselheiro Victor Soares, começou por agradecer, também, a exposição inicial realizada e mostrou-se agradado por sentir que existe a vontade de continuar com as iniciativas mesmo após o término do programa. Centrou a sua intervenção em quatro tópicos que suscitam a sua preocupação e sobre os quais tem vindo a relembrar: *i)* a elevada importância de serem melhoradas as condições de vida e bem-estar nos *campi*, através da criação de condições e de espaços que promovam o lazer e o convívio entre as pessoas que os frequentam; *ii)* a construção de uma creche, cujos benefícios são inquestionáveis; *iii)* o escasso apoio concedido à Associação de Funcionários da UMinho, a quem são cobrados valores de aluguer de espaços próximos aos aplicados às entidades externas, sempre que procuram organizar e desenvolver atividades nos *campi*, nomeadamente no pavilhão; *iv)* a extinção/reconfiguração do Gabinete para a Inclusão, passando a destinar-se apenas aos estudantes.

O Conselheiro Tiago Miranda comentou a afirmação do Reitor quanto ao PRR estar a ser utilizado como um instrumento para uma transformação mais estrutural e a longo prazo, estando os projetos apresentados, de facto, a efetivar alterações profundas na universidade. Porém, manifestou sentir alguma dificuldade em visualizar e perceber a direção de tais transformações estruturais e qual é a visão estratégica da Reitoria a longo prazo. Tendo já abordado este ponto em outros momentos, relembrou a ausência de um plano estratégico, a médio/longo prazo, para a universidade, sendo este um instrumento estatutariamente obrigatório. Por este motivo, assumiu ter dificuldade em compreender para qual direção estes projetos estão a encaminhar a universidade. Não colocando em causa os efeitos positivos de tais transformações, referiu que estes seriam muito mais eficientes se estivessem inscritos e ao serviço de um plano de médio e longo prazo. Colocou, também, uma questão referente aos prazos e níveis de execução financeira dos projetos de investigação associados ao PRR, atendendo à necessidade de reportar trimestralmente a execução dos mesmos.

Em resposta à anterior intervenção, o Reitor argumentou que apresentou um plano de ação para o quadriénio 2021-2025, aprovado por este Conselho, que contempla uma visão estratégica a médio/longo prazo para a universidade, detalhada num conjunto de objetivos de natureza programática. A este propósito, manifestou a sua total convicção na existência de uma larga coerência entre os objetivos definidos no plano de ação do quadriénio e as ações que estão a ser concretizadas. Portanto, fez questão de clarificar que não existe

uma discrepância entre os objetivos definidos e a interpretação que a universidade está a fazer na apropriação das oportunidades do PRR, nem tão pouco traduz uma reorientação do plano de ação do quadriénio. Detalhou com o exemplo das dimensões "Educação e Formação" e "Reforço do Sistema de Inovação", fundamentais para a universidade, onde a posição da universidade perante o PRR ou o Quadro do Programa Operacional de Desenvolvimento Regional está perfeitamente alinhada com o estipulado no plano de ação, suportando uma interpretação das possibilidades oferecidas por este programa completamente alinhada com os objetivos assumidos no plano de ação do quadriénio. Refutou que a apropriação feita do PRR, agora mais orgânica e sistemática, não resulta de uma invenção momentânea de ideias em função das possibilidades que o programa abre, reafirmando que corresponde a uma visão de "universidade".

Fez questão de acentuar que as ações na área da formação não conferente de grau e no campo da inovação pedagógica, concretizadas em estreita colaboração com as escolas, têm efeitos estruturantes para a universidade. Assim, assentes numa visão de futuro para a instituição e no plano de ação do quadriénio, tais ações têm permitido materializar oportunidades no âmbito de vários programas, assim como alinhar a atividade da instituição com as tendências verificadas em outros países. Existe um rumo e uma orientação, concluiu.

O debate prosseguiu com a participação do Conselheiro Miguel Martins, que recuperou a sua questão anteriormente colocada sobre as *spin-offs* e tendo conhecimento da informação disponível no portal da TecMinho, reforçou que importa apurar quantas *spin-offs* estão verdadeiramente ativas. A título de exemplo, identificou o caso da *Ecofoot* que surge listada no portal da TecMinho, mas não é disponibilizada informação adicional sobre a mesma quando se entra na sua página *web*.

Seguidamente, a palavra voltou a ser conferida ao Conselheiro Tiago Miranda que clarificou alguns aspetos da sua intervenção anterior. Começou por sublinhar que não afirmou ter existido uma inversão dos objetivos constantes do plano de ação do quadriénio relativamente à adaptação que a universidade fez às oportunidades do PRR. Relembrou que, estatutariamente, o Reitor tem de apresentar dois documentos distintos: um plano de ação para o mandato de quatro anos e um plano de médio/longo prazo. Neste seguimento, depreendeu que as alterações estruturais em curso, apresentadas pelo Reitor, terão um efeito prolongado que ultrapassará o período do seu mandato e, neste ponto específico, relembrou a necessidade de existir o segundo documento com uma visão estratégica mais prolongada no tempo. É neste seguimento que partilhou não ser clara a forma como as medidas atuais se consubstanciam com uma visão a longo prazo.

Em resposta, o Reitor, assumindo que não existe tal documento, reafirmou que a ação da universidade está vinculada a referências e, mesmo que o plano de ação esteja projetado para quatro anos, a visão estratégica nele enunciada assume um prazo mais prolongado.

O Vice-Presidente relembrou o tópico em agenda e apelou que o debate se centrasse nos projetos PRR em curso, seus níveis de execução e quais os seus impactos nos vários eixos do plano de ação. Afirmou que, de facto, poderá ser elaborado um documento autónomo enriquecido pelos vários impulsos dos projetos PRR, onde estão identificadas as parcerias com entidades privadas. Quanto à questão das *spin-offs*, após realizado

um levantamento da informação, solicitou que o esclarecimento ao Conselheiro Miguel Martins fosse feito por escrito.

No que à taxa de execução dos projetos PRR diz respeito, o Vice-Reitor Eugénio Campos Ferreira partilhou que, sendo um reflexo do que acontece no contexto nacional, esta está aquém do desejado, embora as várias agendas se encontrem em diferentes patamares de execução. Justificou com alguns exemplos que refletem a complexidade de execução destas agendas: o elevado nível de exigência para a constituição de consórcios que por vezes ultrapassa a centena de entidades, constituindo um problema, desde logo, para se chegar a um acordo para a celebração do contrato-consórcio; os consórcios, já após constituídos, evoluem com a saída de entidades, inclusivamente de líderes de agenda que abandonam os projetos e obrigam a um novo processo de renegociação e reformulação dos contratos-consórcios (a UMinho tem dois destes casos); os processos de aquisição de equipamentos, alguns deles de valores avultados, são complexos e demorados; o recrutamento de investigadores por convite, ao invés do contratação por procedimento concursal, possibilitou tornar mais expedita a execução dos projetos, mas foi necessário aguardar vários meses por uma validação do IAPMEI relativamente a esta modalidade de contratação. Em suma, têm surgido várias dificuldades na execução dos projetos para as quais a UMinho tem procurado dar resposta de forma a tornar mais expedita a execução das agendas.

Relativamente à questão das *spin-offs*, corroborou a sugestão do Vice-Presidente e apresentará o ponto de situação por escrito.

Registou-se, de seguida, a intervenção do Conselheiro Tiago Silva que solicitou esclarecimentos adicionais face a duas questões: *i)* considerando o adiantamento inicial, relativamente significativo (cerca de 38,6M€ no seu conjunto), atribuído às agendas do PRR e o tempo de resposta da IAPMEI relativamente aos pedidos de pagamento, ou seja, a distância temporal entre execução de despesa e execução de receita, qual poderá ser o impacto destes números no orçamento da universidade; *ii)* com o envolvimento da UMinho num projeto que promove a modernização digital e administrativa, quais as melhorias esperadas ao nível dos procedimentos internos, nomeadamente em termos de tempo.

O Reitor tomou a palavra e prestou vários esclarecimentos sobre diferentes tópicos que foram surgindo ao longo das várias intervenções, a saber:

- ✓ quanto à criação de condições para que os *campi* sejam espaços mais amigáveis, referiu que a universidade prevê investir quer nos espaços exteriores, quer nos espaços interiores não pedagógicos, podendo o Pró-Reitor Miguel Bandeira identificar as ações previstas;
- ✓ no que ao projeto na área da saúde mental diz respeito, apesar da universidade aproveitar um projeto sobretudo direcionado para os estuantes, este não se circunscreve a esta população e, portanto, servirá toda a comunidade universitária;
- ✓ relativamente aos investimentos na infraestrutura tecnológica, sendo esta, atualmente, uma área de grande fragilidade para a universidade, mencionou que, nos últimos 18 meses, têm vindo a ser feitos

investimentos muito significativos, na ordem dos 3M€, em serviços, equipamentos e *software* com forte impacto nos sistemas que suportam toda a operação financeira e académica da instituição, com melhorias que já se fazem sentir e serão cada vez mais evidentes no futuro. Relembrou as dificuldades sentidas decorrentes da conjugação de dois fatores: a falta de investimento e a saída de profissionais desta área, acreditando que a universidade está, agora, a recuperar deste cenário. Ainda a propósito das ações com impacto estrutural e transformador para a universidade, solicitou que o Pró-Reitor Manuel João Costa interviesse e esclarecesse o Conselho quanto às medidas e ações tomadas, nomeadamente no plano da formação de docentes.

De registar a saída do Conselheiro Tiago Miranda pelas 16 horas.

Antes, interveio o Vice-Reitor Eugénio Campos Ferreira, na sequência das questões colocadas pelo Conselheiro Tiago Silva, afirmando que os compromissos assumidos pela UMinho ao nível das agendas PRR não serão motivo de preocupação, desde logo porque os valores dos adiantamentos foram bem planeados e inscritos atempadamente na preparação do orçamento. Portanto, assegurou que estão garantidas condições financeiras e orçamentais para a realização e execução destas agendas. Ainda assim, alertou que os projetos financiados pela FCT podem ser confrontados com uma outra realidade, dado que, tal como tem sido habitual, a FCT poderá aplicar cortes financeiros que, efetivamente, comprometem a execução dos projetos por si financiados.

O Conselheiro Miguel Martins, além de apresentar um outro caso de uma *spin-off* listada no portal da TecMinho sobre a qual não existe informação *online*, questionou quanto às *spin-offs* associadas ao *Fibrenamics.* Particularmente, mencionou que a *Fibrenamics* tem quatro *spin-offs* associadas, sendo que duas constam no portal da TecMinho, mas outras duas não: *World Association of Natural Fibers Research (WANFR)* e *Pixartidea*. Solicitou, assim, além da identificação das *spin-offs*, explicações adicionais sobre o que é uma *spin-off*, como é constituída e como se caracteriza.

Foi acordado que a resposta a todas estas questões será dada por escrito e partilhada com todos os membros do Conselho.

Os trabalhos avançaram com os esclarecimentos do Pró-Reitor Miguel Bandeira relativamente à qualidade de vida nos *campi*. Informou que foi concluído um estudo prévio sobre o ordenamento dos *campi* de Gualtar e Azurém. Salientou que após a pandemia, o uso do espaço coletivo, essencialmente no interior dos espaços pedagógicos com grande circulação de pessoas, obrigou a um reequacionamento em termos de reorganização dos mesmos e no modo como reter as pessoas nos espaços, pois implica alterações que ultrapassam a mera colocação de mobiliário. Fez referência às hortas, à plantação de árvores e à colocação de objetos de arte em espaços verdes como algumas das ações implementadas, mencionando que, no futuro, se pretende valorizar e dignificar a área envolvente aos pórticos de entrada dos *campi.* Concluiu, comunicando que decorrerá, nos dias 27, 28 e 29 de setembro, no *campus* de Gualtar, o *GreenFest*, um evento a nível nacional, com a colaboração de empresas e autarquias, na área da sustentabilidade, pretendendo promover o

debate e a troca de ideias, por exemplo, sobre formas de reter as pessoas nos espaços coletivos interiores e no espaço livre.

Seguiu-se a intervenção do Pró-Reitor Manuel João Costa que expôs informações sobre a formação docente, tendo esta como principal foco a supressão de necessidades sentidas na manipulação dos novos equipamentos tecnológicos disponibilizados nos espaços pedagógicos. Sustentou com o estudo realizado pelo Centro IDEA sobre o mapeamento das práticas pedagógicas na Universidade do Minho, publicado em março de 2024, que um dos principais obstáculos à inovação tem justamente a ver com as características dos espaços de sala de aula. Assim, a modernização das salas de aula e a formação docente tornaram-se ações prioritárias. A este nível, transmitiu que foram equipadas tecnologicamente 62 salas de aula, até ao momento, em conjunto com as unidades orgânicas. Além disso, está em curso um concurso de modificação de mobiliário para cerca de 100 salas na universidade, informou. Esta modernização dos espaços, aliada à formação dos docentes, permitirá a disponibilização e utilização de instrumentos acrescidos que fomentarão a adoção de abordagens pedagógicas mais ativas. Realçou que estas mudanças representam o fim dos quadros de giz. Acrescentou também que, quer ao nível do Centro IDEA, quer ao nível das unidades de serviços, foram promovidas, de imediato, formações aos docentes para utilizarem os novos espaços e os novos instrumentos, conseguindo uma taxa de participação bastante positiva.

A este propósito, fez menção a um projeto, cujo consórcio é liderado pela UMinho, que deu resposta à criação de centros interinstitucionais de inovação pedagógica, com a parceria da Universidade de Aveiro, da Universidade da Beira Interior e dos Institutos Politécnicos do Cávado e Ave, Leiria e Viana do Castelo, com 72 mil estudantes abrangidos e com um financiamento de 3,7M€. Explicitou que este consórcio procurou perceber o que cada entidade parceira tem de mais, de melhor e de diferente para oferecer, potenciando a construção de novos percursos, onde os docentes são também chamados de forma a sentirem-se mais informados, mais apoiados e mais estimulados relativamente às práticas de inovação pedagógica. Fez questão de destacar que os impactos destas ações ultrapassam as fronteiras da UMinho, sendo que este consórcio ilustra a possibilidade de ocorreram transformações a nível nacional. Neste âmbito, referiu a criação de uma nova estrutura no país: o conselho nacional para a inovação pedagógica no ensino superior. Ademais, partilhou que, atualmente, pela primeira vez, cerca de 90% das instituições de ensino superior do país estão inscritas em consórcios e, entre eles, decorrem reuniões e troca de experiências, elevando a atualidade desta agenda nas políticas e nas práticas das instituições de ensino superior. Concluiu, ressalvando que além do impacto que vem sendo notório nos espaços de sala de aula, há mudanças que têm vindo a ser sentidas no país, com um cenário novo onde as instituições conversam entre si sobre a inovação pedagógica no ensino superior.

Autorizada a intervenção do Conselheiro António Onofre, opinou que os atrasos na execução do PRR não se devem apenas às instituições, mas ascende a um nível macro, pois na sua visão particular, apercebeu-se, desde início, que o IPMAEI não detinha informações claras e objetivas sobre os prazos, o desenvolvimento e a execução do programa. Neste seguimento, questionou sobre a perceção que a Reitoria tem quanto a estes

significativos atrasos na execução do PRR, a nível nacional, que ultrapassam aquilo que as instituições podem tentar minimizar.

Em resposta à intervenção anterior, o Vice-Reitor Eugénio Campos Ferreira salientou a complexidade da questão colocada, pois implicaria fazer uma espécie de diagnóstico a Portugal, que se mostrou, de facto, desprevenido e incapacitado para executar um valor tão elevado de verba numa janela temporal curta. Por mais reforços que tenham existido para capacitar as instituições, estas vêm-se, ainda hoje, confrontadas com dificuldades de vária natureza que vão muito além da capacitação de recursos humanos. O desenvolvimento de plataformas e a aquisição de equipamentos, aliados a um enquadramento legal ao nível da contratação pública bastante exigente, apresentam-se como outros fatores que justificam atrasos na execução do PRR comparativamente com outros países, sublinhou. A este propósito, referiu que estão a ser tomadas diligências junto do Senhor Ministro para que o Decreto-Lei n.º 60/2018 seja alterado de modo a facilitar a execução dos projetos de investigação. Portanto, o entorno legal e a incapacitação existente quando o programa arrancou justificam grande parte dos atrasos na execução global do PRR, falando-se, inclusivamente, da necessidade de uma nova reprogramação em 2025, sem haver a dilação do prazo para o executar. Neste contexto, assumiu ter a noção que existem projetos que não serão concretizados, havendo, aliás, grandes entidades que abdicaram da liderança de algumas agendas como a GALP e a AutoEuropa, por exemplo.

A Conselheira Margarida Isaías ausentou-se pelas 16 horas e 15 minutos.

No seguimento desta discussão, o Vice-Presidente corroborou que o impacto do PRR é, efetivamente, transformacional e, portanto, as suas iniciativas devem ser aproveitadas. Porém, alertou para um fator de risco que poderá impactar no futuro das contas das instituições, pois qualquer projeto que registe incumprimentos, não por inércia ou inação da universidade, mas causados por um ou vários participantes, aplica-se a exigência de devolução de verba a todos, de uma forma solidária. Reforçou, assim, que dada a interdependência entre parceiros, importa analisar sinais, antecipar riscos e estar preparado para agir, nomeadamente se existir uma discrepância entre o chamado *K de prazo versus K de execução*, pois poderá ser um sinal de risco elevado. Concluiu, recomendando que a equipa reitoral esteja ciente dos rácios de acompanhamento, não só os de execução, mas sobretudo os de risco.

Por fim, o Conselheiro Miguel Martins interveio, questionando a razão para que a requalificação do edifício da rua do Castelo não fosse contemplada no programa PRR, ao que o Reitor respondeu não existir nenhuma linha de financiamento para enquadrar tal intervenção, estando a ser trabalhada, neste momento e muito estreitamente com a Escola de Economia e Gestão, a possibilidade deste edifício acolher a Escola de Executivos da Universidade do Minho (*UMinhoExec*).

O Vice-Presidente deu por encerrado este ponto, sem prejuízo de ser retomado em reuniões futuras, partilhando que no que concerne à construção da nova residência universitária em Braga, tal como noticiado, foi concluído o relatório de adjudicação, mas existem reclamações em curso, pelo que o processo não poderá

avançar para a celebração do contrato sem que estas estejam resolvidas. Agradeceu, por fim, a partilha de informação e a participação de todos.

A Conselheira Joana Arantes Silva ausentou-se pelas 16 horas e 20 minutos.

7. Plano de Atividades do Conselho Geral para 2024 e 2025

O Vice-Presidente começou por salientar a importância da existência de um plano de ação, devidamente aprovado, enquanto orientador da atividade do Conselho, e clarificou que, nesta sessão, pretende, por um lado, efetuar um ponto de situação das ações que estão a ser desenvolvidas e seus responsáveis e, por outro lado, obter algum retorno e contributos dos membros do Conselho sobre possíveis ações a dinamizar, conscientes do tempo até ao final do mandato.

Neste seguimento, a Conselheira Patrícia Maciel esclareceu que, no âmbito da Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade, foram abertos dois concursos para o financiamento de dois projetos: *i)* um projeto na área da saúde mental que se encontra na fase de recolha de dados; *ii)* um projeto sobre a situação financeira dos estudantes, mas para o qual não foram apresentadas candidaturas internas, e portanto, dever-se-á voltar a divulgar e a promover a pertinência do estudo. Acrescentou que a Comissão Especializada trabalhou também a questão da igualdade de género para conhecer e perceber o avanço de iniciativas no âmbito desta matéria dentro da UMinho.

No que concerne à ação *3.2 – Organizar um ciclo de Seminários sob o tema "Transformar a Educação: que futuro para a UMinho?"* e produzir um documento com pistas que incitem a reflexão, o Conselheiro Tiago Silva partilhou que existe um grupo de trabalho com várias intenções de promover a ação, mas, por razões de diversa ordem, nomeadamente relacionadas com tempo e disponibilidade, acabaram por não serem concretizadas. Não obstante as várias circunstâncias que foram adiando a realização destes seminários, reforçou a importância desta iniciativa e a pertinência do tema, comprometendo-se a recuperar as ideias já trabalhadas.

No seguimento deste ponto, a Conselheira Helena Pereira manifestou a sua total disponibilidade para pensar, em conjunto, temas e formas de organizar tais iniciativas, de forma a cumprir o objetivo inicial de ser elaborado um documento escrito, no final do mandato, com pistas para a reflexão futura.

Ainda enquadrado neste tópico e dada a pertinência e atualidade do mesmo, o Conselheiro António Onofre propôs convidar o Ministro da Educação para uma sessão de debate sobre o futuro da educação e do ensino superior, trazendo a novidade de ideias e temas e a partilha de preocupações. Adicionalmente, enfatizou a relevância da ação *2.1 – Auscultar as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI)* para se conhecer as ações, as iniciativas, as preocupações e as dificuldades que estas unidades sentem no dia a dia. Na sua opinião, as ações 2.1 e 3.2 são profundamente atuais, com utilidade e impacto direto no futuro da instituição.

Prosseguindo, o Conselheiro Victor Soares tomou a palavra e informou que a ação *3.1 – Organizar um Encontro de representantes do pessoal técnico, administrativo e de gestão no Conselho Geral de instituições de ensino superior*, em interação com a Associação Nacional de Funcionários das Universidades Portuguesas, inicialmente previsto para setembro de 2024, não se irá concretizar. Apesar dos motivos que justificam o adiamento desta iniciativa serem de diversa ordem, constatou-se que o modelo proposto obrigaria a compactar várias ações num tempo muito limitado, não sendo compatível com o objetivo primordial do evento: incitar à mobilização e proporcionar condições para o aumento de uma efetiva interação entre as pessoas que integram Conselhos Gerais. Por fim, deixou uma palavra pública de apreço, reconhecimento e agradecimento ao Professor Doutor Licínio Lima que, de imediato, quando a iniciativa foi pensada, aceitou proferir uma palestra sobre "a participação na gestão democrática dos órgãos das Universidades Portuguesas entre 1974 e 2024", com especial enfoque na participação dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão. Agradeceu, também, a pronta e inteira disponibilidade manifestada pelo Reitor para a concretização desta iniciativa, ficando, porém, para uma outra oportunidade.

De registar a saída da Conselheira Manuela Soares pelas 16 horas e 40 minutos, ficando o plenário sem *quórum*. Ainda assim, a reunião prosseguiu no modelo de sessão de trabalho com a intervenção do Conselheiro Miguel Martins.

O Conselheiro Miguel Martins salientou a importância de ser concretizado o *eixo 3 - Conselho Geral e a Interação com a Sociedade,* como forma de homenagear o mandato da Presidente, Dra. Joana Marques Vidal, que sempre priorizou a interação da universidade com a sociedade. Na sua opinião, o plano de atividades dever-se-á manter no formato de proposta até à cooptação de um novo membro externo e consequente eleição do novo Presidente. Sem desprimor para a função desempenhada pelo Vice-Presidente, justificou que um plano de atividades fechado poderá representar uma restrição e condicionante para a atuação do/a novo/a Presidente do Conselho.

Concluindo este ponto da agenda, o Vice-Presidente relembrou que o papel por si assumido e legalmente previsto, não tira legitimidade ao órgão, nem este poderá ficar inibido de exercer o seu papel, independentemente do que aconteceu ou possa vir a acontecer no futuro. Ademais, especificamente sobre o plano de atividades, reforçou que o Presidente se limita a organizar e trazer os assuntos para debate, sendo as iniciativas e as ações aprovadas pelos membros do Conselho e, portanto, não representa um limite à ação do Presidente. Havendo condições de implementar as medidas previstas, dever-se-á avançar, sublinhou. Em suma, será feito o levantamento do ponto de situação das ações previstas e recolhidos contributos.

Registou-se a saída do Conselheiro Luís Santos e da Conselheira Delfina Gomes por volta das 16 horas e 50 minutos.

8. Elaboração do Orçamento da Universidade para 2025

O Reitor apresentou o ponto de situação relativamente ao processo de elaboração do orçamento da UMinho e às alterações ocorridas em termos de calendário e prazos. Mencionou que era expectável deter informação sobre as dotações orçamentais feitas para o sistema de ensino superior e também para as instituições, mas tal ainda não ocorreu, pelo que não poderá apresentar informação muito pormenorizada. Neste seguimento, recuperou alguns elementos referentes ao enquadramento legal que orientam a elaboração da proposta de orçamento, designadamente os Estatutos da Universidade do Minho, o plano de ação para o quadriénio 2021-2025 e a Lei de enquadramento orçamental.

Prosseguiu acrescentando que, à semelhança do ano transato, a proposta de orçamento em construção será estruturada em 14 unidades orçamentais: 12 unidades orgânicas de ensino e investigação, uma unidade de governo e administração e uma unidade orçamental partilhada que correspondente a um projeto conjunto do Instituto de Ciências Sociais e da Escola de Arquitetura, Arte e Design. Informou ainda que, pela primeira vez, estará incluída na proposta orçamental as previsões do Plano Anual de Compras (PAC), tendo sido solicitadas informações relevantes para este efeito a todas as unidades orgânicas.

De seguida, apresentou o cronograma inicial de elaboração do orçamento, informando que a UMinho se encontra na fase de agregação dos dados enviados pelas unidades orgânicas e pelas unidades de serviços para preparação dos mapas orçamentais que serão submetidos à Direção Geral do Orçamento. Neste exercício de elaboração do orçamento valorizou, particularmente, a realização de ações de formação, perspetivando as unidades orgânicas e as unidades de serviços, o que possibilitou capacitar os seus recursos humanos e toda a estrutura que opera na execução desta tarefa. Sinalizou também a realização de reuniões com os Presidentes das unidades orgânicas e os seus respetivos Secretários de Escola, para apresentação e esclarecimento das orientações gerais a serem adotadas na elaboração do orçamento, aprovadas pelo Conselho de Gestão da UMinho. Clarificou que a elaboração interna do orçamento segue um modelo bietápico, onde num primeiro momento foram solicitadas as previsões de orçamento às unidades de serviços e num segundo momento às unidades orgânicas.

Concluiu informando que, entretanto, foram feitas duas comunicações por parte do Instituto de Gestão Financeira da Educação com alterações ao calendário inicialmente previsto, uma vez que ainda não é conhecido o contributo de cada ministério para o orçamento de estado. A UMinho conhece a previsão de receita e despesa, por cada uma das unidades orçamentais, porém não detém informação sobre o que poderá ser inscrito como dotação do orçamento de estado, nem sobre a inscrição de receitas oriundas de entidades financiadoras, designadamente a FCT, que nos últimos anos têm sido objeto de cortes na versão final do orçamento, concluiu.

O Conselheiro Nuno Cerca solicitou a palavra para sensibilizar e alertar para o desgaste que este exercício provoca às equipas, destacando, a título de exemplo, a dimensão do Centro de Engenharia Biológica.

O Reitor compreendeu o comentário feito pelo Conselheiro Nuno Cerca, mas reforçou que toda a estrutura fica sujeita a uma enorme pressão, sendo obrigados a lidar com uma massa imensa de informação.

Porém, na sua opinião, o exercício de elaboração da proposta de orçamento foi facilitado pelas iniciativas de esclarecimento relativamente às regras e procedimentos que deviam ser adotados e pelo carregamento prévio de muita informação, antes dos mapas serem enviados para as unidades orgânicas e para as unidades de serviços. Ainda assim, solicitou que os problemas sentidos durante este exercício fossem reportados à Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial, à Unidade de Serviços de Recursos Humanos e ao Administrador.

9. Revisão dos Estatutos da UMinho

O Vice-Presidente informou que procederá ao envio do pedido de parecer jurídico à Escola de Direito da UMinho no modelo enviado, previamente, a todos os membros do Conselho. Face à inexistência de *quórum*, a proposta de pedido de parecer não será discutida na presente sessão plenária, tendo solicitado que fossem enviados possíveis contributos, por escrito, até ao próximo dia 30 de julho.

Relembrou, por fim, a necessidade de ser cooptado um membro externo, destacando a importância do envio de propostas para que a cooptação decorra na próxima sessão plenária agendada para o dia 11 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente agradeceu a participação e os contributos partilhados durante a sessão, e declarou terminada a reunião às 17h30, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente e pelo Secretário do Conselho.

O Vice-Presidente,

Assinado por: **António Carlos Fernandes Rodrigues**
Num. de Identificação: 10131453
Data: 2024.11.10 23:52:56+00'00'

O Secretário,

Assinado por: **NUNO MIGUEL DIAS CERCA**
Num. de Identificação: 11278372
Data: 2024.11.11 11:37:57+00'00'

Anexo I

Folha de Presenças

Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 4/2024
26 de julho de 2024

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	justificou ausência
António Carlos Fernandes Rodrigues	
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Helena Mendes Pereira	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Carolina Santos Fraga	justificou ausência
Joana Rodrigues Arantes Silva	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	justificou ausência
Luis António Martins Santos	
Luis Miguel de Lima Guedes	Luis Miguel de Lima Guedes
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Margarida Isaías Ferreira dos Santos	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	justificou ausência
Maria Elisabete da Silva Duarte Matos	online
Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins	Miguel Afonso Martins
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patricia Espinheira Sá Maciel	Patricia Maciel
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	justificou ausência
Tiago Filipe Silva Miranda	Tiago Miranda
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Soares